



PERTURBAÇÕES DO ESPECTRO DO AUTISMO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS BENEFÍCIOS DA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Autism spectrum disorders: a bibliographic review of the benefits of the practice of physical education in students with special educational needs

Clodoaldo Matias da Silva¹

Herica Thayse Barboza Nascimento²

Resumo

Pais com crianças com perturbações do espectro do autismo (PEA) enfrentam inúmeros desafios na tentativa de buscar uma resposta, para compreender melhor os filhos e dar-lhes ideias acerca de como incentiva-los no seu desenvolvimento na escola. Nesse aspecto temos o conceito de inclusão, como sendo um processo baseado na Declaração dos Direitos Humanos, cujo fundamento está no princípio da constituição da cidadania que visa a inserção do aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no âmbito escolar. A esse respeito, essa pesquisa foi constituída com o objetivo de conhecer os benéficos da prática de Educação Física (EF) junto aos alunos com PEA. O método adotado para a efetivação desta pesquisa foi o dedutivo. A tipologia da pesquisa adotada abrangeu três aspectos: quanto aos objetivos tratou-se de uma pesquisa exploratória; quanto à abordagem do problema, foi qualitativa; quanto aos procedimentos técnicos, foi bibliográfica. Analisando a literatura, conclui-se que existem vários métodos que visam proporcionar ao autista, dentro de suas potencialidades, o desenvolvimento da independência, facilitando assim, o seu convívio com o meio que o cerca. Nesse cenário a prática de EF mostra-se benéfica, pois auxilia os alunos com PEA a melhorar o desenvolvimento de aptidões sociais, o que é fundamental para ajudá-los a sentir-se mais à vontade em um mundo que e, em grande parte, social. **Palavras-chave:** Perturbações do Espectro do Autismo; Educação Inclusiva; Educação Física.

Abstract

Parents with children with Autism Spectrum Disorders (ASD) face numerous challenges in trying to find answers, to better understand their sons and to give them ideas about how to encourage them in their school development. In this aspect, the concept of inclusion is considered as a process based on the Declaration of Human Rights, whose foundation is in the principle of the citizenship constitution that aims at the insertion of students with Special Education Needs (SEN) in the school context. In this respect, this research was constituted with the objective of knowing the benefits of the Physical Education (PE) practice among students with ASD. The method used to carry out this research was the deductive one. The type of research adopted covered three aspects:

¹ Graduado em Geografia pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Pós-graduando do Curso de Especialização em Educação do Campo pelo Instituto Federal do Amazonas. E-mail: cms.1978@hotmail.com.

² Graduada em Licenciatura em Educação Física pela Faculdade La Salle. Pós-graduanda do Curso de Educação Física Escola pela Faculdade La Salle. E-mail: thayse_83@hotmail.com.



as for the objectives, it was an exploratory research; as for the problem approach, it was a qualitative one; and regarding technical procedures, it was a bibliographical one. Analyzing the literature, it is concluded that there are several methods that aim to provide to the autistic, within their potentialities, the development of independence, thus facilitating their conviviality with the environment that surrounds them. In this scenario, PE practice is beneficial, because it helps ASD students improve the development of social skills, which is key to helping them feel more comfortable in a world that is largely social.

Key-words: Autism Spectrum Disorders; Inclusive Education; Physical Education.

Introdução

Esse trabalho vem trazer a luz o tema Perturbações do Espectro do Autismo (PEA), onde se inicia pontuando que o autismo é um distúrbio do desenvolvimento que normalmente surge nos primeiros três anos de vida da criança, a esse respeito acrescenta-se ainda que a PEA atinja a comunicação, a interação social, a imaginação e o comportamento da criança.

Acompanhando essa lógica de argumentação, pontua-se ainda que algumas crianças acometidas pela PEA possam demonstrar certo atraso para atingir os marcos de desenvolvimento, embora outras se desenvolvam de uma maneira normal. De maneira sucinta fazendo uma avaliação “grosseira” comenta-se que algumas crianças com PEA têm dificuldades mais sutis que podem passar despercebidas aos que os cercam até ficarem mais velhas e precisarem de suas aptidões sociais.

Em face do que já foi supracitado, pontua-se ainda que algumas crianças com PEA apresentem maior probabilidade de ter pouca inteligência, enquanto outras podem ser consideradas inteligentíssimas. Da mesma maneira refere-se ao temperamento de crianças com PEA pode diferir radicalmente. Tendo em vista esse pressuposto a problemática deste estudo centra-se no seguinte questionamento: Quais os benefícios da prática de Educação Física junto aos alunos com PEA?

Para responder a este questionamento, o objetivo geral deste estudo é avaliar os benefícios da prática de Educação Física junto aos alunos com PEA. Este está dividido nos específicos: I. Realizar uma revisão literária acerca da perspectiva histórica das PEA; II. Descrever via autores conteúdos relacionado ao diagnóstico e classificação das PEA; III. Identificar qual trabalho pode ser desenvolvido pelo profissional de Educação Física de maneira a contribuir com o aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE).



Neste trabalho a pesquisa desenvolvida foi de natureza qualitativa, uma vez que os dados foram qualificados quanto a sua relevância. Ao longo da pesquisa foram analisadas as teorias de pesquisadores da área pedagógica, que relacionam especialmente a prática da Educação Física com educação inclusiva, que constituem o referencial teórico desse estudo. Foram empregados arquivos bibliográficos, disponível na internet, mídias, empresas, dados públicos, bibliotecas e outros. Os resultados obtidos foram analisados buscando-se colocar em evidência os objetivos da pesquisa, por meio de análise bibliográfica.

Conceituando Deficiência

O discurso predominante do mundo globalizado de hoje prima pela igualdade entre os sujeitos e pelo respeito às diferenças. Isso significa afirmar que os valores de cada sujeito da cultura se diferenciam e precisam ser reconhecidos. Em outras palavras, o sujeito se constitui e constrói sua imagem como tal a partir de relações familiares, culturais e sociais, mas também legais.

É nesse sentido que pensar a inclusão na educação requer a compreensão das teias de relações repetidamente consagradas nas mais diversas manifestações literárias que tratam o tema. Para tanto se torna necessário compreender que inclusão constitui-se como um processo estabelecido através de redes (nesse estudo iremos considerar somente a relação entre o profissional de ED e o aluno com PEA).

Para entender a esse processo, torna-se oportuno destacar inicialmente o conceito de deficiência estabelecido na cartilha da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN (2006) que deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano. São consideradas pessoas com deficiência aquelas que possuem:

I. Deficiência física: Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando no comprometimento da função física. Apresenta-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo,



membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções.

II. Deficiência auditiva: Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

III. Deficiência visual: Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 graus no melhor olho com a melhor correção óptica, a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho com a melhor correção óptica, os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

IV. Deficiência mental: Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestações antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: Comunicação; Cuidado pessoal; Habilidades sociais; Utilização da comunidade; Saúde e segurança; Habilidades acadêmicas; Lazer; e, Trabalho.

V. Deficiências múltiplas: Associação de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa (FEBRABAN, 2006).

A esse respeito comenta-se que o conceito de deficiência não é algo novo na sociedade, de acordo com a literatura consultada, esse pressuposto sempre existiu desde as remotas épocas, nos achados literários de maneira sucinta, pode-se descrever o tratamento destinado para pessoas com deficiência eram realizados mais por intuição, observação e experimentação, todavia isso não quer dizer que a pessoa com deficiência se mantivesse em sua tribo.

Isso porque as próprias atividades e o deslocamento de um lugar para o outro fazem com que, na maioria das vezes, os deficientes fossem abandonados, expostos a rios, florestas, entre outros, esse tipo de comportamento não representava um problema de natureza ética ou moral na época, entender o contexto histórico que envolve as pessoas com deficiência se faz necessário para o entendimento do autismo.

Trazendo para o cenário histórico brasileiro, pontua-se que em 1988, com a nova Constituição do Brasil, ficou recomendada a inclusão das pessoas deficientes na rede regular de ensino, na sequência ocorre a Conferência Mundial da UNESCO, que vai adotar a seguinte filosofia, “uma educação para todos” (grifo nosso), insere-se nesse contexto o



compromisso da transformação do sistema educacional brasileiro, de forma a acolher a todos, sem discriminação, com qualidade e iguale de condições.

Fazendo uma análise do percurso histórico da Educação Especial no Brasil, verifica-se que o caminho foi longo, da ideologia da exclusão à implantação da política de inclusão, que aos poucos está se construindo uma nova mentalidade, assunto que este que será abordado nas próximas páginas. Apoiados nessa aceitação esse estudo finaliza esta seção comentando que na atualidade o grande desafio é garantir a escolarização básica aos alunos com NEE, a essa situação de exclusão escolar, cabe aqui registrar que o atendimento dos alunos com PEA está estabelecido por meio da Política Nacional de Educação Especial.

Ao sabor dessa discussão, esse estudo pontua que a significação prática dos aspectos aqui levantados aparece clara, pois é necessária a reformulação de nossas posturas, nossas concepções e algumas possíveis formas como a escola deve “receber” a todos no âmbito educacional. Práticas assim construídas implicam uma mudança cultural na escola, bem como de suas respectivas políticas, que fariam com a instituição escolar e seus próprios sujeitos avaliassem pelo menos quatro grandes aspectos³ pertinentes ao universo educacional.

Explicando o autismo

O autismo foi descrito pela primeira vez em 1943 pelo Dr. Leo Kanner, de acordo com Cavaco (*apud* Silva; Araújo; Almeida, 2016) o autismo é uma síndrome presente desde o nascimento e manifesta-se invariavelmente antes dos trinta meses de idade. Caracteriza-se por respostas anormais a estímulos auditivos e visuais e por problemas graves quanto à compreensão da linguagem falada. A fala custa a aparecer, e, quando isto acontece, nota-se ecolalia, uso inadequado dos pronomes, estrutura gramatical imatura, inabilidade de usar termos abstratos.

De acordo com Silva, Araújo e Almeida (2016) a PEA não é uma condição que pode ser detectada no nascimento, isso porque bebês com autismo parecem tão bonitos

³ (i) concepção sobre educação; (ii) avaliação; (iii) formação de cidadão; e, (iv) currículo (FEBRABAM, 2006).



quanto qualquer outro. Por isso mesmo não existem características óbvias e nem exames de sangue para detectar a condição.

Todavia esse estudo traz com base nos estudos dos autores supracitados, alguns possíveis sintomas que podem caracterizar o autismo, de maneira didática esse estudo irá dividi-lo por etapas, conforme se elenca a seguir:

I. Seis primeiros meses: nesse período não há existência de sintomas óbvios.

De acordo com o relato dos autores a maioria dos pais de crianças que são posteriormente diagnosticadas com PEA comenta que os bebês pareciam ter desenvolvimento normal nos primeiros meses, embora muitos pais passam a temer a existência de algo errado no primeiro ano de vida.

II. De seis a doze meses: algumas crianças podem demonstrar certo atraso para atingir os marcos de desenvolvimento, embora outras se desenvolvam de uma maneira normal.

III. Aos 18 meses: nesse período a criança deve usar duas palavras juntas como significado, e o fato de não fazê-la, ou qualquer perda de linguagem neste período, torna-se razão para procurar um profissional de saúde (nesse caso o médico Pediatra);

IV. Entre três e cinco anos: em algumas crianças, por volta dos três anos, os sintomas podem ficar claros, nos casos mais graves de autismo, a criança pode passar a maior parte do tempo em seu próprio mundo e dar a impressão de tratar as pessoas como se fossem objetos. Talvez seja incapaz de usar ou entender a linguagem, a criança pode ficar fascinada por objetos da casa e não por brinquedos, ela passa muito tempo balançando o corpo ou agitando as mãos. Outras podem ter sintomas muito mais sutis que se evidenciam aos poucos. Às vezes, as dificuldades ficam mais óbvias na escola ou no grupo de brincadeiras;

V. Entre sete e doze anos: nessa faixa etária todas as crianças são singulares, pois costumam a desenvolver aptidões distintas em momentos específicos. Todas têm personalidade própria. Algumas são muito extrovertidas, outras muito tímidas. Algumas acham a transição para a escola difícil e demoram para adaptar-se, outras adaptam-se quase imediatamente. Depois do primeiro semestre professores experientes costumam notar se o comportamento da criança é fora do comum em comparação com o de outra criança da mesma idade.



VI. Entre 12 e 17 anos: na maioria dos casos, os problemas relacionados à PEA são detectados antes da criança chegar à adolescência (SILVA, ARAÚJO, ALMEIDA, 2016).

A esse respeito comenta-se que as causas do autismo são desconhecidas, na literatura abordada, tem-se que a origem do autismo esteja relacionada às anormalidades de alguma parte do cérebro ainda não definida de forma conclusiva e, provavelmente, de origem genética. Além disso, alguns autores admitem que o autismo possa ser causado por problemas relacionados a fatos ocorridos durante a gestação ou no momento do parto.

Sob tal posicionamento esse estudo assume o pressuposto que as causas do autismo não são totalmente conhecidas, o que pode ser recomendado, em termos de prevenção do autismo, são os cuidados gerais a todas as gestantes, especialmente cuidados com ingestão de produtos químicos, tais como remédios, álcool ou fumo.

O diagnóstico do autismo é feito basicamente por meio da observação do comportamento. Não existem testes laboratoriais específicos para a detecção do autismo. Por isso, diz-se que o autismo não apresenta um marcador biológico. Os especialistas usam seus amplos conhecimentos teóricos sobre a natureza da PEA. Sob tal arguição, pontua-se nesse estudo que há centenas de livros que tratam a PEA, em sua maioria, longos e complexos. Embora sejam amplamente lidos por especialistas, de Cavaco (*apud* Silva; Araújo; Almeida, 2016) muitos pais queixam-se de que não tem tempo de ler ou entender teorias.

Dentro desse contexto, esse estudo argumenta que há muita confusão quanto aos rótulos usados para descrever a PEA, embora esse distúrbio se descreva como um conjunto de comportamentos, esses variam de pessoas para pessoa na gravidade e combinação dos sintomas (HUTH, 2012).

Sob tal parecer acrescenta-se que cada família tem sua crença sobre a origem da PEA, isso pode causar grande impacto sobre as emoções e a aceitação da situação. Alguns membros da família podem achar que a criança está condenada, fazendo com que todos tenham pensamentos muito negativos durante certo período. Em geral, esses pensamentos mudam com o tempo e os pais começam a pensar no que podem fazer para ajudar seus filhos a se desenvolver da melhor maneira possível, nesse sentido entra o papel da escola, que em nossa experiência, ajuda muito.



Prática de Educação Física na Educação Inclusiva

Durante a realização dessa pesquisa, foram observadas várias filosofias intervencionistas que prestam atenção ao ambiente da criança com PEA para maximizar seu desenvolvimento, as abordagens em sua maioria se mostram equilibradas e todas se podem extrair boas ideias para a prática de Educação Física junto aos alunos com NEE que podem ser proveitosas.

Nos estudos de Silva, Araújo e Almeida (2016) os autores comentam que por razões não inteiramente compreendidas, crianças com PEA podem desenvolver dificuldades psicomotoras e psicossociais. Entre as explicações possíveis o desenvolvimento da criança é o resultado do interesse e ligação estabelecida entre seu corpo com os objetos do seu meio, é sua maneira de ser que através dele constrói suas próprias experiências corporais e interativas no contato com o ambiente, sendo assim terá maior habilidade para compreender o outro e adquirir autonomia.

A fecundidade dessa perspectiva, repetidamente consagra nas mais diversas manifestações abordadas pela literatura que compõem essa pesquisa, optou trazer em linhas gerais os quatro princípios básicos do Referencial Curricular, conforme elenca-se a seguir:

I. O primeiro princípio está pautado no entendimento de que a Educação Física é um componente curricular responsável pela tematização da cultura corporal de movimento, que tem por finalidade potencializar o aluno para intervir de forma autônoma, crítica e criativa nessa dimensão social. Para atingir tal finalidade, é necessária uma clara explicitação das competências e conteúdos atribuídos a esta disciplina, assim como um esforço por estabelecer uma progressão coerente com as características sociocognitivas dos alunos nas diferentes etapas escolares e o próprio processo de complexificação do conhecimento;

II. O segundo está inteiramente focado no estudo da cultura corporal de movimento. Por isso, propõe que a Educação Física tematize a pluralidade do rico patrimônio de práticas corporais sistematizadas e as representações sociais a elas atreladas. Tal proposição está baseada na ideia de que cada uma das manifestações da cultura corporal de movimento proporciona ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimento e de experiência que não lhe seria proporcionado de outro modo. A vivência em cada uma destas manifestações corporais, não é apenas um meio para se aprender outras coisas, pois ela gera um tipo de conhecimento muito particular, insubstituível;



III. O terceiro se pauta na ideia de que a Educação Física deve possibilitar a releitura e a apropriação crítica dos conhecimentos da cultura corporal de movimento. Nessa linha, os conhecimentos transmitidos pela Educação Física na escola não devem estar subordinados àqueles propiciados pelas instituições não escolares que lidam com práticas corporais sistematizadas, por exemplo, “escolinhas” de futsal, escolas de ballet, roda de capoeira, academias de ginástica, academia de artes marciais, etc. A disciplina de Educação Física, logicamente, não deve desconhecer o que lá ocorre, porém deve ter bem claro que as finalidades naquela esfera são muito diferentes das suas, no interior da escola.

IV. O quarto é uma ferramenta pedagógica voltada à orientação dos planos de estudos da Educação Física a serem elaborados na escola (HUTH, 2012, p. 11-12).

O que pode ser observado nesse cenário é que o Referencial Curricular da Educação Física, não foi pensado como um currículo “padrão” a ser desenvolvido em toda a rede pública estadual de ensino. Entre as estratégias de inclusão dos alunos com NEE o profissional de Educação Física, pode trabalhar o conceito de tutoria, a esse respeito Bianconi e Munster (2009, p. 6016) argumentam que:

o ensino colaborativo e a consultoria são estratégias que nasceram com o intuito de ajudar o processo de inclusão dos alunos com NEE nos sistemas de ensino da rede regular, sendo utilizadas conforme a necessidade de cada aluno. Elas podem ou não ser utilizadas ao mesmo tempo, dependendo das dificuldades encontradas no meio escolar, da possibilidade de oferecê-las e do entendimento do professor diante da situação de aula e das dificuldades do aluno.

A esse respeito Huth (2012) comenta em seus estudos que A Educação Física provoca estímulos ao desenvolvimento de forma prazerosa, utilizando da imaginação e criatividade através de jogos e brincadeiras. É importante enfatizar que a Educação Física Adaptada (EFA) e a Educação Física Especial (EFE), têm como objetivo incluir as necessidades e limitações especiais nas atividades físicas, oportunizando a criança com PEA estabelecer um novo conceito do repertório motor, cognitivo, físico e social.

Nesse contexto alguns aspectos da criança com PEA são muito importantes: respeitar o tempo e ritmo, pois, geralmente demoram mais naquilo que fazem como falar, andar, pegar as coisas, entender uma ordem etc. Valorizar suas potencialidades adquiridas



de maneira gradativas conforme estímulos fornecidos intencionalmente nas aulas de Educação Física pelo professor (HUTH, 2012).

A esse respeito Marqueze e Ravazzi (2011) comentam que a principal proposta da Educação Física Adaptada além da inclusão dos alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física é a de integrar os mesmos na participação dessas atividades realizadas na escola, no ensino regular, pois muitas vezes esses alunos são dispensados das aulas ou ficam simplesmente observando os outros colegas. Um dos papéis do professor de Educação Física no âmbito educacional é sistematizar estímulos correspondentes às necessidades individuais, envolvendo-os em clima afetivo e sensoriais.

Ou seja, a participação das crianças com PEA nas aulas de educação física propicia a busca pela autonomia, segurança e socialização. Para a realização das aulas de Educação Física torna-se fundamental a utilização de recursos como jogos, brinquedos, materiais adaptados entre outros. (Vieira 2009). Essas adaptações nas aulas de Educação Física estão relacionadas diretamente no convívio social, cultural e moral (BIANCONI; MUNSTER, 2009).

De acordo com Beyer (*apud* Marqueze e Ravazzi) uma das características do aluno com PEA é a preservação da rotina, podendo haver crises de agressividade quando esta é quebrada. Por isso, as aulas de Educação Física, com alunos autistas, devem ser realizadas sempre no mesmo horário e com duração determinada, possibilitando adaptação inter-relacionada é quando a criança tem contato com o meio físico e social, desta forma são desencadeados processos internos de desenvolvimento que permitirá um novo patamar de aprendizagem. “Os materiais desportivos devem ser fáceis de manipular e não devem ser fornecidos mais do que um de cada vez, pois pode provocar confusão e dispersão pelas tarefas propostas” (grifo original do autor).

Entre os objetos que podem ser manipulados nas aulas de Educação Física junto alunos com PEA, Marqueze e Ravazzi (2011, 1952) citam:

[...] são bolas coloridas, por fixarem a atenção dos autistas devido ao seu aprendizado visual, e também porque elas possibilitam tanto atividades individualizadas, como em pequenos grupos, possibilitando assim, a interação dele com as atividades e os demais alunos. Todos os objetos com muitas cores e que se movimentam, podem proporcionar, ao aluno autista, um maior interesse em utilizá-lo.



Existem vários métodos que visam proporcionar ao autista, dentro de suas potencialidades, o desenvolvimento de independência, facilitando, assim, o seu convívio com o meio que o cerca. A estrutura, a organização, a previsibilidade e a comunicação visual geralmente fazem parte desse método, daí a importância da inclusão do aluno nas aulas de Educação Física.

Com base nessa premissa Huth (2012) comenta em seus estudos que um dos métodos usados no processo ensino-aprendizagem dos autistas é o programa Teach⁴ (*Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children*), que em português significa Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados com a Comunicação, foi fundado em 1972 na Universidade da Carolina do Norte, EUA, pelo Dr. Eric Schopler *et al.* do Departamento de Psiquiatria dessa Universidade. Esse método também é de grande importância e pode ser usada nas aulas de Educação Física, utilizado de maneira dinâmica trabalha a interação professor aluno despertando interesse da criança com PEA.

Em síntese, pode-se comentar que o Teach visa desenvolver a capacidade do aluno para que ele necessite do professor para o aprendizado, mas que possa também passar grande parte de seu tempo ocupando-se de forma independente.

Nos estudos de Silva, Araújo e Almeida (2016) pode-se encontrar algumas sugestões para a intervenção do professor, entre as quais esse estudo elenca:

I. O professor de Educação Física deve proporcionar estrutura, organização, e constância no ambiente de sala no que se refere à arrumação dos objetos.

II. Os programas e atividades realizadas nas aulas de Educação Física devem ser claramente definidas junto ao aluno com PEA.

III. O professor de Educação Física deve sempre que possível, colocar o aluno com PEA em condutas típicas perto dos outros alunos que não o provoquem, estimulando assim o aprendizado compartilhado e por cooperação;

⁴ O objetivo do método Teacch, é aumentar o funcionamento independente do indivíduo, valorizando assim, o aprendizado estruturado, importa-se com a rotina e formação visual. Portanto, nas aulas de Educação Física, é necessário organizar e simplificar o ambiente, apresentando menos estímulos sensoriais concomitantes. Isto facilita a criança a focar a atenção nos detalhes relevantes (HUTH, 2012).



IV. O professor de Educação Física deve evitar segregar o aluno com PEA, que algumas vezes precise de um canto sossegado, para diminuir o apelo das distrações⁵;

V. As aulas práticas de Educação Física devem proporcionar ao aluno com PEA, um ambiente acolhedor, demonstrando calor e contato físico de maneira equilibrada e, se possível, fazer os outros alunos manterem a mesma atitude.

VI. O professor de Educação Física deve proporcionar um trabalho de aprendizagem em grupos pequenos e favorecer oportunidades sociais durante as aulas.

É por meio do trabalho de estimulação que deverá ser desenvolvido pelo profissional de Educação Física, que o aluno com PEA poderá construir aprendizagem significativa, baseado em suas experiências sensório-motoras vividas e integradas, organizadas e refletidas por ele mesmo, modificando o convívio com outras crianças e com o mundo à sua volta, conhecendo-os, tornando-se assim uma pessoa que pensa, cria e participa.

Considerações Finais

Ao chegar-se ao final desse estudo, pontua-se que através da revisão bibliográfica, ficou notável que a possibilidade de aceitar pessoas diferentes não é somente um problema de informação e/ou formação profissional, visto que a inclusão tem a ver com aceitação e compreensão. O processo de incluir e integrar essas crianças com PEA nas aulas de Educação Física se apresenta como um desafio para a comunidade escolar, pois o autista tem uma forma diferente de perceber e experimentar o mundo social e físico, o processo maturacional acontece de maneira contínua e gradativa.

No mundo da inclusão escolar de crianças autistas, em meio a tantas dificuldades, ainda é possível constatar a presença nas escolas de ensino regular, através de atividades direcionadas e planejadas, com objetivo de desenvolver estratégias educativas com apoio motivacional, dentro desse conceito de inclusão é que o trabalho na escola objeto de estudo, desta pesquisa trabalha com os seus alunos autistas.

Nesse cenário cabe aqui destacar que o processo de aprendizagem destas crianças exige uma inquietação por parte do educador para diferenciar a prática, através de teorias, conhecimento, metodologias e didáticas, ou seja, inclusão exige flexibilidade. Não são

⁵ A escola deve fazer do canto um lugar prazeroso, propício para atividades que necessitem de maior concentração, ou um lugar para se fazer o que gosta, em vez de um lugar de castigo (SILVA, ARAÚJO, ALMEIDA, 2016).



metas impossíveis de realização e aplicação, requerem tempo e dedicação, em longo prazo contribuirá significativamente.

Dessa maneira é fundamental a adaptação dessas crianças no âmbito escolar e aproveitamento ao máximo dos estímulos e interações para o seu desenvolvimento pessoal, pois os autistas possuem suas necessidades de compreender e socializar isso ocorre de maneira gradativa, visto que essas crianças aprendem e assimilam aquilo que é de seu interesse, mas que há aprendido.

Isso porque, quando a prática da Educação Física é desenvolvida de maneira orientada e regular, e tende a contribuir para o desenvolvimento global da criança com PEA, bem como para a saúde e qualidade da vida, pois a prática de exercícios pode ampliar o conhecimento pessoal desse aluno. Frente ao contexto da inclusão do aluno com PEA nas aulas de Educação Física, esse estudo não pode deixar de comentar que nenhum aluno, mesmo aquele que apresenta alguma NEE pode ficar fora da prática esportiva, para isso os profissionais de Educação Física, devem fazer adaptações em suas aulas que busquem incluir todos os alunos nas atividades físicas que são realizadas na escola.

No entanto, é necessário promover estudos mais alargados que possam servir de base às propostas dessa mudança e haver vontade política para alteração da legislação que é, muitas vezes, um impedimento a essa mudança. Assim, as conclusões deste trabalho são apresentadas à luz da literatura, tendo por base as categorias e subcategorias consideradas relevantes a este estudo. Ao estabelecer uma relação entre as conclusões deste estudo e a literatura consultada ou investigações já realizadas, passa-se a ter uma visão global de todos os assuntos abordados durante a realização desta pesquisa.

Por fim, comenta-se que os professores de Educação Física têm a função de promover o estímulo as necessidades e potencialidades, dos alunos com NEE, adaptando às atividades de acordo com suas peculiaridades. Como se asseverou nesse estudo, o profissional de Educação Física não pode esquecer, que quando possui alunos com NEE, deve-se tratá-los da mesma maneira com que se tratam os outros alunos.

Referências Bibliográficas

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



HUTH, Loiva. **Educação Física para pessoas com necessidades especiais**: um olhar a partir de um estudo de caso. [Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de licenciada em Educação Física na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. UNIJUI: Rio Grande do Sul, 2012.

MARQUEZE, L.; RAVAZZI, L. Inclusão de autistas nas aulas de Educação Física. In: **VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Londrina, 2011.

SILVA, C.M.; ARAÚJO, R.M.; ALMEIDA, J.S. Perturbações do espectro do autismo: um estudo qualitativo das percepções das mães sobre o apoio disponibilizado em uma escola particular, cidade de Manaus/AM. In: **IV Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. 1º Encontro Amazônico da associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Manaus, 2016.

VIEIRA, Camila Souza. Educação Física para portadores de necessidades especiais (PNEE). In: **III Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade SENAC – PE**, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 10. São Paulo: Atlas, 2009.

Trabalho apresentado em 13/02/2017

Aprovado em 15/03/2017